

na 2ª Promotoria de Justiça Civil de Ananindeua em 20/10/2021, para fins de Busca e Emissão da 2ª Via de Certidão de Nascimento de NATALINO RODRIGUES FRANÇA, o qual necessita realizar atendimento de saúde e não possui nenhum documento de identificação, haja vista o extravio de RG, CPF, Certidão de Nascimento e Título de Eleitor.

Protocolo: 730438

EDITAL DE ARQUIVAMENTO Nº. 038/2021-MPPA/9ºPJ/STM

A 9ª Promotoria de Justiça de Santarém, por intermédio da Promotora de Justiça que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições legais, em atenção ao disposto no art. 4º, § 1º da Resolução n.º 174/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público, e art. 8º, § 5º e 6º, da Resolução nº 007/2019-CPJ, vem por meio deste edital, cientificar a interessada ROSANA MIRANDA SAWAKI e a todos quantos possam interessar, inclusive para efeito de eventual apresentação de recurso ao Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de 10 (dez) dias, acerca do ARQUIVAMENTO da NOTÍCIA DE FATO nº 005829-031/2018.

Santarém-PA, 18 de novembro de 2021.

DIEGO BELCHIOR FERREIRA SANTANA

Titular do 9º Cargo de Promotor de Justiça de Santarém

Protocolo: 730430

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Extrato da PORTARIA N.º 028/2020/MP/1ªPJCAM, DE 06/08/2021, PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 001086-042/2021.

A 1ª Promotoria de Justiça de Cametá, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da RESOLUÇÃO Nº 23 - CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 001086-042/2021 que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Cametá, situada na Trilha da Juventude, s/n, Bairro Central, CEP: 68.400-000 - Cametá - Pará - Fones: (91) 3781-1274

PORTARIA n.º 028/2020/MP/1ªPJCAM

Assunto: Acompanhar e fiscalizar de forma continuada as ações do Município de Cametá tendentes a solucionar a situação do ensino no que se refere à estrutura da Escola da Localidade de Biribatuba, região das ilhas de Cametá/Pa (Procedimento Administrativo - 001086-042/2021).

Isaac Sacramento da Silva - Promotor de Justiça

Protocolo: 730417

AVISO n.º 25/2021-CSMP/MPPA

Faço público, a quem interessar possa que a 11ª Sessão Ordinária do Plenário Virtual do Conselho Superior, realizar-se-á das 8h do dia 22/11 até às 18h do dia 26/11/2021, no site: www.mppa.mp.br, para apreciação da pauta a seguir:

ITENS DA PAUTA:

1.1. Julgamento de Processos:

1.1. Processos de Relatoria do Conselheiro WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO:

1.1.1. Processo n.º 000031-200/2017

Requerente(s): Sindicato dos Médicos do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria Municipal de Saúde de Ananindeua

Origem: 2º PJ de Direitos Constitucionais Fundamentais e Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua

Assunto: Apurar a não concessão de licença maternidade e o não pagamento de verbas alimentares pela Secretaria Municipal de Saúde de Ananindeua

1.1.2. Processo n.º 000628-036/2016

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará.

Requerido(s): Em apuração

Origem: 4º PJ de Benevides

Assunto: Apurar possível infração ambiental (desmatamento sem licença ambiental) praticada por posseiros em área da empresa Sopalm Agroindustrial

1.1.3. Processo n.º 000055-808/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Comercial de Motos e Motores LTDA (Conquista Motocenter II)

Origem: 7ª PJ Cível de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, da Habitação e do Urbanismo de Altamira

Assunto: Apurar eventuais irregularidades da empresa Comercial de Motos e Motores Ltda, relativas a poluição/contaminação causada pelas atividades do empreendimento.

1.1.4. Processo n.º 000029-151/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria Municipal de Saúde (SESMA)

Origem: 2º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar possíveis irregularidades cometidas no âmbito da SESMA, tendo como referência o convênio firmado com a Clínica de Olhos Altair Trindade, quanto a pagamentos de procedimentos não realizados pela clínica

1.1.5. Processo n.º 000201-151/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Hospital Regional Dr. Abelardo Santos (HRAS)

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar suposto ato de improbidade administrativa por parte de servidores do Hospital Abelardo Santos

1.1.6. Processo n.º 000059-804/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Município de Vitória do Xingu

Origem: 5ª PJ de Direitos Constitucionais Fundamentais, Ações Constitucionais, Defesa da Probidade Administrativa e Fazenda Pública de Altamira

Assunto: Apurar notícia de possível ato de improbidade administrativa consubstanciada no superfaturamento de contratos firmados pela Câmara Municipal de Vitória do Xingu-PA para prestação de serviços de advocacia, contabilidade e publicidade

1.1.7. Processo n.º 002506-036/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Em apuração

Origem: 4º PJ de Benevides

Assunto: Apurar supostos danos ambientais praticados por posseiros e em

presas madeiras ao longo das margens do Rio Benfica (assoreamento), às proximidades da Comunidade Itaquara, no município de Benevides/PA

1.1.8. Processo n.º 003709-710/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): COOTRANSBAR e COOPTARVC

Origem: 1º PJ de Barcarena

Assunto: Apurar eventual ilegalidade na não aceitação de carteiras estu-dantis emitidas pelo movimento estudantil de Barcarena, para fins de meia entrada em transporte e estabelecimentos culturais

1.1.9. Processo n.º 000247-116/2013

Requerente(s): Sindicato dos Trabalhadores em Saúde do Estado do Pará (SINDSAÚDE)

Requerido(s): Departamento de Vigilância Sanitária do Município de Belém (DEVISA)

Origem: 2º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar supostas irregularidades no Departamento de Vigilância Sanitária do Município de Belém

1.1.10. Processo n.º 000216-051/2020

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Rio Maria e Outros

Origem: PJ de Rio Maria

Assunto: Apurar supostas irregularidades na Licitação Pregão Presencial e Processo Administrativo nº 031/2020-000026, que teve como objeto: Registro de Preço para futura e eventual contratação de materiais esportivos para Prefeitura de Rio Maria, no qual sagrou-se vencedora a Empresa C. de Lima Mineiro EIRELI.

1.1.11. Processo n.º 000142-151/2019

Requerente(s): Ministério Público de Contas do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças (SEPOF)

Origem: 2º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar possível prática de improbidade administrativa cometida pelo então Prefeito de Barcarena que celebrou o Convênio n.º 261/2008 com a SEPOF, recebeu os valores e não teria concluído a execução dos serviços

1.1.12. Processo n.º 000786-151/2021

Requerente(s): Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará (IGEPREV)

Requerido(s): Renata Alves Faciola de Souza, Ana Rosa Silva de Magalhães do Espírito Santo e Allan Gomes Moreira

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Recurso em Notícia de Fato. Recorrente alega que há envolvimento de agentes públicos em suposto cometimento de estelionato previdenciário

1.1.13. Processo n.º 000600-151/2021

Requerente(s): Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará (IGEPREV)

Requerido(s): Renata Alves Faciola de Souza e outros

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Recurso em Notícia de Fato. Recorrente alega que há envolvimento de agentes públicos no suposto cometimento de estelionato previdenciário

1.1.14. Processo n.º 000636-151/2021

Requerente(s): Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará (IGEPREV)

Requerido(s): Renata Alves Faciola de Souza e outros

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Recurso em Notícia de Fato. Recorrente alega que há envolvimento de agentes públicos no suposto cometimento de estelionato previdenciário

1.2. Processos de Relatoria do Conselheiro MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DAS NEVES:

1.2.1. Processo n.º 000282-151/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria de Estado de Educação (SEDUC)

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar suposta ocorrência de improbidade administrativa na prestação de serviços de limpeza, pela empresa Servi San Ltda., para a Secretaria de Estado de Educação

1.2.2. Processo n.º 000110-151/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Universidade do Estado do Pará (UEPA)

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar possíveis irregularidades observadas no processo eleitoral para cargo de Reitor da Universidade do Estado do Pará

1.2.3. Processo n.º 000240-940/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Marabá

Origem: 11ª PJ de Marabá

Assunto: Apurar possíveis irregularidades no Processo Licitatório 1268/2018-PMM, Pregão Presencial 005/2018-CPL/PMM, destinado à contratação de empresa especializada para fornecimento de passagens rodoviárias e ferroviárias intermunicipais e interestaduais para a Prefeitura Municipal de Marabá

1.2.4. Processo n.º 000209-151/2021

Requerente(s): Jonas Martins

Requerido(s): Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP)

Origem: 5º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar possível ocorrência de improbidade administrativa praticada por agentes públicos da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP)

1.2.5. Processo n.º 000117-804/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Origem: 5ª PJ de Altamira

Assunto: Apurar supostas irregularidades na prestação de serviços pelas empresas Placon Planejamento e Construção Ltda. e M. Ferreira da Silva ao Município de Vitória do Xingu

1.2.6. Processo n.º 001172-125/2017